

APRESENTAÇÃO

Mesmo diante das adversidades que perpetuam desde o ano 2020 a **Opará – Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, permanece com seu compromisso Editorial de difundir conhecimentos científicos, fomentando novas discussões e produções acadêmicas proporcionando visibilidade sobre a vivência dos povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais. Desta maneira é com prazer que apresentamos o mais novo número.

A pandemia covid mudou o modo de fazer ciência e de nos identificarmos no mundo. O crescente número de mortes, representa uma triste constatação, passou-se um ano e os efeitos da pandemia, se intensificaram. O Brasil em especial enfrenta um período ainda mais conturbado, em consequência do negacionismo da ciência, e lideranças políticas que de modo ineficaz coordenam a saúde do país.

Neste contexto a população brasileira, em especial os povos tradicionais, clamam por uma vacinação eficaz para se salvar, porém enfrentam a frustração de uma burocracia extensa para a adoção de vacinas no país, e um momento em que somente cerca de 5% da população foi vacinada, faixas etárias restritas, além de números de dose que todos os dias se alteram e vem em menor quantidade. Não há termo melhor para definir o cenário atual senão, caos.

Mesmo assim, os povos tradicionais continuam a mostrar sua força e resistência, sem esquecer suas lutas diárias. Neste sentido a **Opará** se faz presente fornecendo suporte para continuidade de lutas, dando voz a estes que lutam pela defesa e sobrevivência de tradições e manutenção de direitos. Sem desconsiderar o rigor científico os autores e autoras da presente tiragem, buscam fomentar a discussão da efetivação dos direitos dos povos tradicionais.

A resenha escrita por Beatriz Martins Moura e Zane do Nascimento intitulado “**Ninguém É Melhor do que Tu**”: **Zélia Amador De Zeus, Negra e Nortista, Uma Intelectual Brasileira**”, representa uma reflexão do livro Caminhos Trilhados na Luta Antirracista, a resenha é dedicada a professora Zélia Amador de Deus, cuja marcas de sua história se fundem com as lutas antirracistas e por democracia no país.

O texto de Isan Almeida Lima e Marcelo Politano de Freitas, intitulado **A Dignidade da Pessoa Humana no Contexto Pós-Moderno e a Violação de Direitos de Minoria** reflete sobre o conceito jurídico da dignidade da pessoa humana, com destaque para o Brasil, e fomenta a discussão sobre qual o conceito de dignidade que melhor se amolda ao ordenamento brasileiro em vista da proteção dos direitos de minorias.

O texto **O Caso Terra Mirim e o Direito de Ser da Terra: Direitos Humanos sob uma Perspectiva Decolonial**, dos autores Dahvi Shiva e André Luis Nascimento dos Santos discute o paradigma dos direitos humanos na contemporaneidade, vinculando o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado à dignidade humana, além de apresentar a Terra Mirim, comunidade Xamânica e Fundação de base comunitária, expondo o caso de enfrentamento a conflitos socioambientais e luta pelo reconhecimento e respeito a Direitos Humanos constitucionalmente assegurados.

A pesquisadora Patrícia Rodrigues dos Santos Pataxó, através do texto, **O Direito ao Nome Étnico no Registro Civil dos Povos Indígenas no Brasil**, discute e analisa o tratamento dado pelo Código Civil de 2002, Estatuto do Índio, Lei 6001/73, Constituição Federal de 1988, Resolução Conjunta CNJ e CNMP nº 03/2012 e Projeto de Lei nº 161/2015, acerca do direito ao nome étnico de Povos Indígenas no registro civil.

O trabalho de Emerson Silva Serra e Natalie Coelho Lessa, intitulado **Relações entre Direitos Humanos, Meio Ambiente e Comunidades Tradicionais no Brasil**, aborda a relação entre os direitos humanos, meio ambiente e comunidades tradicionais no Brasil, avaliando a importância das comunidades tradicionais para a proteção do meio ambiente brasileiro e os principais desafios e potencialidades para a efetiva proteção do meio ambiente brasileiro.

O texto **Acesso à Terra: O Estado Brasileiro e as Violações de Direito Humanos nas Comunidades Quilombolas do Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia** dos autores João Paulo de Oliveira Santos e Elane Bastos de Souza, discute sobre violações de Direitos Humanos

praticadas pelo Estado Brasileiro com as Comunidades Quilombolas do território do extremo sul do Estado da Bahia.

No texto, **Lei de Drogas e Encarceramento Feminino Negro: Uma Revisão de Literatura Sob Ótica Interseccional** de Monalisa Pereira Santos, Julio Cesar de Sá da Rocha e Carolina Bessa Ferreira de Oliveira, discute a Lei de Drogas e o Encarceramento Feminino Negro, através de uma revisão de literatura, problematizando esse fenômeno, e discutindo suas categorias analíticas, considerando reflexões acerca do gênero, raça, classe e imbricações estatais, partindo de uma ótica interseccional.

Os mais sinceros agradecimentos e de uma boa leitura e reflexão!

Lorena Nascimento Carvalho¹

Floriza Sena²

Salomão Vergne³

¹ Bacharelado em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (2018). Pós - Graduada em Enfermagem do Trabalho de Universidade Leonardo da Vinci - UNIASSELVI (2019 - Atual). Atuando como Docente na Escola Técnica Josefa Gomes (EFOTEJ).

² Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Mestra em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora efetiva da Universidade do Estado da Bahia/UNEB e pesquisadora do Centro de Pesquisas em Etnicidades Movimentos Sociais e Educação - OPARÁ/UNEB junto às linhas de pesquisas Etnologia, Educação, Educação Indígena e Interculturalidade e Campesinato, Ecologia Humana, Etnoconservação. Coordena o Colegiado de Curso da Graduação em Licenciatura Intercultural de Educação Escolar Indígena no Departamento de Educação Campus VIII - UNEB e o Programa Saberes Indígenas na Escola - UNEB/MEC- SEMESP no Território Etnoeducacional Ybyyara. Militou na ONG RAÍZES: Centro de Estudos, Formação, Pesquisa e Assessoria para a Cidadania assessorando projetos de Intervenção Social. É associada da ONG AGENDHA: - Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agro Ecologia e Sócia fundadora do Instituto D. Mário Zanetta e do Instituto Popular Memorial de Canudos. Na Universidade do Estado da Bahia ministra os componentes Curriculares das áreas de Antropologia e Sociologia na Graduação e na Pós Graduação.

³ Doutorando em Direito pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia - BA. Pós-graduação em Gestão Empresarial pela Faculdade Sete de Setembro - BA. Pós-graduando em Gestão em Saúde pela Uniasselvi. Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Tiradentes - SE. Professor Substituto da Universidade do Estado da Bahia. Professor dos cursos de Administração e Sistemas do Centro Universitário do Rio São Francisco - Unirios. Pesquisador Colaborador do Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso/BA - CAAPA, da Universidade do Estado da Bahia. Pesquisador do Centro de Pesquisa em Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação - OPARÁ, da Universidade do Estado da Bahia. Membro da Sociedade de Arqueologia Brasileira, da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana e do Conselho Regional de Administração/SE.